



CEE -Clipping de Educação 18 de janeiro de 2017

Sumário

<i>Avaliações</i>	2
<i>Base Nacional Curricular Comum - BNCC</i>	2
<i>Conselho Estadual de Educação - SP</i>	3
<i>Diversos</i>	3
<i>Educação a Distância</i>	5
<i>Educação Brasileira</i>	5
<i>Educação Inclusiva</i>	7
<i>Educação no Mundo</i>	8
<i>Educação Superior</i>	9
<i>Ensino Médio</i>	11
<i>Ensino Público</i>	12
<i>Ensino Público - SP</i>	13
<i>Eventos</i>	13
<i>Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM</i>	14
<i>Formação e Exercício do Magistério, Gestão</i>	15
<i>Legislação Estadual</i>	17
<i>Legislação Federal</i>	22
<i>Pedagogia e Experiências</i>	27
<i>Pesquisas e Estudos</i>	28
<i>Políticas Públicas, Projetos</i>	29
<i>Universidades Estaduais Paulistas</i>	29

Avaliações

Nove motivos para desconfiar do Pisa

Como qualquer outra prova, a avaliação da OCDE também pode ser questionada. Conhecer como os dados são obtidos e suas fragilidades é a melhor forma para aproveitar bem seus resultados

Ele dura só duas horas. É realizado apenas a cada três anos. Traz um recorte específico – por idade e por amostra – de uma faixa restrita de estudantes. Mas o barulho que ele provoca... Na Hungria, seus resultados incentivam pedidos de demissão do Ministro da Educação. Na Alemanha, apressam uma reforma completa do ensino. Por aqui, você sabe, a incômoda (e costureira) lanterna no ranking reforça a justificativa para modificar o Ensino Médio, nem que seja por Medida Provisória.

Nova Escola

Base Nacional Curricular Comum - BNCC

Especialistas questionam currículo básico por falta de educação sexual nas escolas

Especialistas ouvidos pela Federação Internacional de Planejamento Familiar do Hemisfério Ocidental, da qual a ONG é parceira, avaliaram que o Brasil vai muito mal nesse quesito, especialmente porque não há no currículo básico escolar uma disciplina voltada exclusivamente para a sexualidade e a saúde reprodutiva. Jaqueline salienta que essa é uma recomendação da ONU desde 1994.

EBC

Comitê debate texto final da Base Comum e do ensino médio

Ajustes finais, inclusão das análises críticas e a revisão de cada área fazem parte da agenda de trabalho

O Comitê Gestor da Base Nacional Curricular Comum e Reforma do Ensino Médio esteve reunido em São Paulo nestas segunda-feira, 9, e terça, 10, para concluir a versão final do documento que vai balizar o ensino fundamental em todo o país. Ajustes finais, inclusão das análises críticas e a revisão de cada área fizeram parte da intensa agenda de trabalho.

PNE MEC

“2017: o ano da Base Nacional Comum Curricular”

por Mozart Neves Ramos

O ano que começa será decisivo para a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que entra em sua reta final de elaboração com a entrega da terceira versão do documento ao Conselho Nacional de Educação (CNE), pelo Ministério da Educação. Prevista no Plano Nacional de Educação (PNE), a BNCC deve determinar os conhecimentos e habilidades essenciais que todos os alunos da educação básica devam ter, enquanto direito constitucional, no que se refere à aprendizagem escolar. Trata-se, portanto, de um poderoso instrumento para promover uma série de mudanças necessárias para melhorar a qualidade e a equidade da educação do país.

Movimento pela Base

Vide também:

“O sucesso da BNCC depende de sua implementação”, afirma David Peck, especialista da Curriculum Foundation (Movimento pela Base)

Anne Lin Goodwin discute a Base Nacional Comum Curricular

No mês do impacto social, o UM BRASIL fomenta o debate sobre a educação no País e a importância da Base Nacional Comum Curricular.

No discussão, Sabine Righetti e Letícia Lyle, especialista em competências socioemocionais e diretora da Área de Currículo e Avaliação das Iniciativas em Educação Básica do Somos Educação, conversam com Anne Lin Goodwin, vice-reitora e professora de Educação da Teachers College, da Universidade Columbia, sobre os desafios de implementação da Base Nacional Comum Curricular e a sua relevância para um ensino mais igualitário no Brasil e no mundo.

O Mês do Impacto Social é uma campanha da Fundação Lemann, em parceria com o Um Brasil, para debater educação, saúde, segurança e outros temas de política pública.

Para ver esta e outras entrevistas, **acesse**

Fe Comércio SP

Base Nacional Comum Curricular vai incluir habilidades emocionais

A preocupação em desenvolver na escola competências socioemocionais, como resiliência, liderança ou cooperação, vai ganhar força no texto final da Base Nacional Comum Curricular.

Folha de S. Paulo

Veja também:

BNCC: MEC abre o jogo (Avaliação Educacional)

Conselho Estadual de Educação - SP

Deliberação CEE nº 151/2016

Aprova o Plano de Aplicação de Recursos da Quota Estadual do Salário Educação - Ano de 2017

O Parecer CEE nº 384/2016 integra a presente.

DOE de 12/01/2017, Seção I, p.63 a 70 (Republicada por ter saído incompleta)

Indicação CEE 157/2016 (Processo CEE 398/2000)

Orientação ao Sistema Estadual de Ensino a respeito da qualificação necessária dos docentes para ministrarem aulas nas disciplinas do currículo da Educação Básica.

Revoga a Indicação CEE 53/2005

DOE 28/12/2016, Seção I, p. 30 a 31 (Republicada por ter saído incompleta)

Diversos

Claudio Naranjo en el Congreso Futuro: "La educación es una estafa, le roba la vida a los jóvenes, una cárcel"

En un futuro, que no viene sino que ya empezó y en el que las máquinas aprenden habilidades humanas sin errores, que incluso les permiten componer música o hacer arte, la educación se transforma en un elemento central, sobre todo en la pregunta sobre qué educar, en un contexto en donde la revolución tecnológica amenaza con provocar consecuencias mayores a las de la revolución industrial. Para el psiquiatra chileno el problema está en la educación propiamente tal, como método de aprendizaje, que califica de perverso. Para el líder mundial de Harvard, Charles Fadel, el punto está en que la educación debe ser pertinente a nuestros tiempos.

En su segunda jornada, el Congreso Futuro sigue cosechando éxitos en la calidad de las exposiciones. Esta mañana, el panel de Educación para el Siglo XXI, compuesto por el líder mundial en educación de la Universidad de Harvard, Charles Fadel, y el psiquiatra chileno y uno de los referentes máximos de la psicología transpersonal, Claudio Naranjo, recibió un

aplausos cerrados por la "pertinencia" de los temas y la franqueza de los expositores para calificar el estado de la educación moderna.

El Mostrador

Claudio Naranjo en La Historia es Nuestra

"La educación es ciega, no ve a la persona", dice la autoridad mundial en psiquiatría. Nacido en Chile, radicado en EE.UU., Naranjo aboga por un piso ético mínimo para construir una sociedad que supere el modelo patriarcal, que cree en decadencia. "Ya no es la autoridad de los sabios, es el poder puro, que ni siquiera busca servir a los demás", dice en entrevista con Paula Molina en el Congreso del Futuro 2017.

CooperativaFM

Limite para dedução no IR de despesa com educação é inconstitucional, decide juiz

A Justiça Federal reconheceu o direito da Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo (Apeesp) e de seus filiados à dedução integral das despesas com educação própria e de seus dependentes na declaração de ajuste anual do Imposto de Renda, compreendendo gastos com educação infantil, ensino fundamental, médio e superior, cursos de graduação e pós-graduação e ensino técnico. A decisão é do juiz federal Heraldo Garcia Vitta, da 21.ª Vara Federal Cível de São Paulo.

IstoÉ

Ministro da Educação assina doação de 20 mil livros para presídios

Segundo o titular da pasta, além de ajudar na formação educacional dos presidiários, o acesso a bibliotecas também funciona como instrumento de redução de pena.

G1

Inep celebra 80 anos de contribuição à educação brasileira

O Inep do Enem, do Enade, do Censo Educacional, das reconhecidas revistas científicas – tão atual em sua tarefa de subsidiar a concepção e o monitoramento de políticas públicas educacionais – é o resultado de 80 anos de história. O hoje conhecido Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira foi fundado em 13 de janeiro de 1937, mas com outro nome: Instituto Nacional de Pedagogia.

INEP

Veja também:

Lançamentos e reformulação na estrutura marcam aniversário de 80 anos do Inep (Inep)

Base de dados gratuita está aberta à comunidade acadêmica

O Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), órgão vinculado ao Ministério da Educação, põe à disposição da comunidade acadêmica e científica brasileira, gratuitamente, a base de dados Bentham Science, que reúne mais de 30 títulos, em texto completo, com ênfase em farmácia, biomedicina e medicina.

Os documentos oferecidos pela Bentham Science estão acessíveis no **Portal de Periódicos da Capes**. A busca também pode ser feita por **título, área do conhecimento e de forma avançada**.

MEC

Defensoria Pública cria cartilha sobre bullying na era digital

A cartilha Você sabe o que é cyberbullying? é uma proposta da Defensoria Pública (DP) do Estado de São Paulo de difundir, de forma leve e didática, informações sobre o tema. Usuários das 65 unidades da DP, espalhadas por 43 municípios, terão acesso à versão impressa do material. Toda a população pode acessar o conteúdo on-line, de forma gratuita e com reprodução livre, na versão digital em formato PDF

DOE 23/12/2016, p. 3

Educação a Distância

Plataforma colaborativa de educação a distância

Professores podem elaborar questões para avaliar alunos do ensino fundamental e médio

O grupo de desenvolvimento de jogos educacionais Ludo Educativo, projeto de extensão do Centro de Desenvolvimento de Materiais Funcionais (CDMF), lançou uma nova plataforma de ensino à distância que busca auxiliar alunos e professores do ensino fundamental e médio. Com o Ludo Atlantis, o professor poderá interagir diariamente com o aluno e avaliá-lo com questões por ele elaboradas.

Unesp

Educação Brasileira

Especialistas dizem que Darcy Ribeiro estava certo: educação é o caminho para reduzir a criminalidade

Desde o agravamento da crise do sistema prisional brasileiro – que teve seu estopim com o derramamento de sangue nos presídios de Manaus e Boa Vista, no início do mês –, uma frase do antropólogo Darcy Ribeiro (1922-1997) tem sido constantemente repetida em discursos e nas redes sociais na internet. “Se os governantes não construírem escolas, em 20 anos faltará dinheiro para construir presídios”, disse o mineiro, em uma conferência, em 1982. O Estado de Minas conversou com sociólogos, psicólogos e criminalistas para saber até que ponto o incentivo em educação – sobretudo no ensino básico – é um fator preponderante para diminuir a inserção no mundo do crime. A resposta: sim, a profecia feita em 1982 se concretizou e Darcy Ribeiro não só tinha razão, como o país atravessa uma crise no sistema prisional sem precedentes.

Estado de Minas

Quer melhorar a qualidade da educação? Não subestime a opinião dos alunos

Estudantes sabem o que querem na escola, mas poucos se interessam pela opinião deles

Leonardo Robert de Paula, 15 anos, se prepara para cursar o segundo ano do ensino médio em Porto Feliz, no interior de São Paulo. Com planos de ser engenheiro civil, ele define o ensino que recebeu até agora como fraco. "No ano passado, estudei à noite, que é mais para quem trabalha, e acho que os professores não pegam firme. Eles ensinam o básico." De mudança para o turno da manhã, Leonardo sente que tem mais para oferecer e espera que a escola corresponda aos seus anseios. "Temos uma biblioteca que não é usada. O laboratório de informática até que é bom, mas falta orientação. E não temos atividades extracurriculares, fora do básico, como matemática avançada."

El Pais

Já não basta escolher entre Ciências, Humanas ou Exatas

Especialistas incentivam os jovens a buscar mais de uma formação para atender às novas demandas

"Se perguntam o que você sabe sobre o genoma humano, já não vale responder que é da área de Humanas e isso não tem nada a ver com você". Quem fala é Nieves Cubo, uma jovem de 25 anos que desenvolveu a primeira máquina de impressão 3D de tecidos humanos e que trabalha como pesquisadora do Conselho Superior de Investigações Científicas (CSIC). Enquanto estudava Engenharia Eletrônica na Universidade Carlos III, na Espanha, ficou interessada em Química e combinou as duas carreiras. "Não tinham nada a ver e essa é a

chave; os projetos interessantes nascem da fusão. O mundo não é mais como antes, não vale a pena escolher Ciências ou Humanas".

El Pais

Qualidade da educação passa pelo investimento em bons professores

Numa palestra recente no Brasil, Thomas Kane, professor de Harvard, afirmou que boa parte dos recursos investidos em formação continuada de professores em vários países é desperdiçada.

Folha de S. Paulo

Ana Júlia Ribeiro: "A luta por um ensino de qualidade está só no começo"

Símbolo da resistência dos secundaristas, a jovem reflete sobre o movimento estudantil e critica o Escola Sem Partido

Da tribuna da Assembleia Legislativa do Paraná, uma jovem franzina assume o microfone e enfrenta com invejável desassombro uma plateia de vetustos engravatados. "De quem é a escola? A quem pertence a escola?", pergunta a garota, com a voz ainda embargada, enquanto cita o inciso 6º do artigo 16 do Estatuto da Criança e do Adolescente, a garantir aos menores o direito de participar da vida política. "Acredito que todos aqui já saibam a resposta. E é com a confiança de que vocês conhecem essa resposta que eu falo da legitimidade desse movimento."

Carta Capital

Educação e livre pensar

Há mais de quatro décadas aprendi que, numa sociedade democrática, professores têm o compromisso inalienável de descortinar para o aluno a multiplicidade do pensamento humano. Significa dizer que, independentemente do que pensa cada um, cabe-nos apresentar o mosaico de ideias, sistemas, linhas políticas etc. que coexistem na sociedade. Apresentar uma apenas ou qualificar tal ou qual como "certa" ou "errada" é direcionar a aprendizagem. Na sociedade democrática, o professor deve não apenas apresentar à turma todas as facetas da realidade, como promover ações que façam refletir sobre elas, utilizando, por exemplo, textos de autores de correntes diversas, de forma que o aluno possa conhecer diferentes formas de pensar uma mesma situação.

O Globo

Desafios para a Educação em 2017

Determinantes para a qualidade da Educação e o cumprimento do PNE, Base Nacional e reforma do Ensino Médio são assuntos que devem permanecer no radar da sociedade. O final de 2016 foi turbulento para a Educação brasileira: ocupações de estudantes nas escolas, restrições no orçamento federal e reformulação do Ensino Médio. O velho ano se foi, mas os desafios continuam aí e requer atenção de toda sociedade. Esse, inclusive, foi um dos temas tratados por Priscila Cruz, presidente-executiva do Todos pela Educação, na Rádio Estadão.

O Estado de S. Paulo

Plataforma traz informações sobre educação em todo o país

Com informações sobre o cenário educacional das unidades da federação e dos municípios brasileiros, o Painel Educacional do Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) já está disponível para consultas. O objetivo da plataforma, criada em 2015, é apresentar informações agregadas, de modo a colaborar para o monitoramento do direito à educação.

Os dados podem ser acessados por estado e município. Dúvidas ou sugestões podem ser enviadas por mensagem eletrônica para o Painel.

MEC**Lei de Diretrizes e Bases da Educação completa 20 anos e continua atual**

Há exatos vinte anos, era assinada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Um marco na regulamentação do ensino no país, a LDB trouxe importantes inovações e já nos permitiu colher avanços significativos. Mas algumas das transformações essenciais contidas no texto do então senador Darcy Ribeiro ainda não foram concretizadas. Um dos pilares para o bom desempenho de um aluno, a base nacional comum, até hoje não saiu do papel. Mas essa dívida histórica com a educação brasileira está, finalmente, muito perto de ser quitada.

MEC

Vide também:

20 anos da LDB: como a lei mudou a Educação (Revista Escola)

Vinte anos da LDB (JC Notícias)

Tendências e desafios para a Educação

Quais os caminhos para o processo de ensino e aprendizagem e as necessidades de formação dos jovens de hoje?

Um mundo em constante transformação, ritmado pelas novidades trazidas pelas últimas tecnologias, mídias, produtos e serviços, exige que repensemos os rumos de nosso modelo educacional. Afinal, se desejamos proporcionar um ensino de qualidade é preciso, antes de mais nada, identificar e investir nos novos paradigmas e necessidades de formação dos jovens. Mas quais são eles?

Leia na íntegra: **Carta Educação**

JC Notícias

Educação Inclusiva

Por que é importante manter professores negros em sala de aula

Há benefícios comprovados em estudantes que aprendem com professores que se parecem com eles

O magistério já é um trabalho de alta pressão, mas pesquisas mostram que professores negros ou pardos enfrentam pressões adicionais que os fazem desistir da carreira a taxas maiores do que seus colegas brancos, que ainda constituem mais de 80% do corpo de professores dos Estados Unidos. Enquanto educadores dizem que não há uma única razão – e, logo, uma única solução – para a evasão dos professores de minorias, diversos programas locais e com base popular que emergiram em centros urbanos ao longo dos últimos 15 anos estão preparando e apoiando novos professores com iniciativas que chamam a atenção.

Gazeta do Povo

Ufba cria sistema de cotas para mestrado e doutorado

Negros e pardos, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência e trans (transgêneros, transexuais e travestis) terão chance de entrar nos cursos de pós-graduação da Universidade Federal da Bahia (Ufba) por meio do sistema de cotas. A resolução, aprovada na última quarta-feira, é válida a partir do segundo semestre de 2017.

A Tarde

Lei sancionada institui cotas para pessoas com deficiência em universidades federais

O texto altera a lei que instituiu as cotas no ensino superior federal e acrescenta as pessoas com deficiência a essa cota, que também será regida pela proporcionalidade em relação à população, medida pelo último censo do IBGE

As pessoas com deficiência serão incluídas no programa de cotas de instituições federais de educação superior, que já contempla estudantes vindos de escolas públicas, de baixa renda, negros, pardos e indígenas. É o que estabelece a Lei 13.409/2016, sancionada no dia 28 de dezembro pela presidência da República e publicada no dia 29/12 no Diário Oficial da União.

JC Notícias

Educação no Mundo

Escola chinesa tem ‘banco de notas’ para alunos pegarem empréstimos Ideia é que estudantes reavaliem sua conduta, mas sem muito estresse

Uma escola de ensino médio no Leste da China começou a implementar um programa piloto em que estudantes podem pegar “empréstimos” em uma espécie de “banco de notas” — mas, como nos bancos da vida real, pagam juros, ao mesmo tempo em que podem parcelar a dívida. A Nanjing No 1 High School, na cidade de Nanjing, província de Jiangsu, está testando o sistema, por enquanto, com apenas um segmento do ensino médio.

O Globo

Autoras investigam educação de crianças na Dinamarca, país mais feliz do mundo Segundo elas, a raiz dessa satisfação está na forma como os filhos são criados

Considerado o país mais feliz do mundo em três das quatro edições do Relatório Mundial da Felicidade, das Nações Unidas, a Dinamarca motiva investigações e suposições sobre as causas de tanta satisfação. No livro “Crianças dinamarquesas: o que as pessoas mais felizes do mundo sabem sobre criar filhos confiantes e capazes” (Fontanar), publicado em 18 países e recém-chegado no Brasil, as autoras Iben Sandahl e Jessica Alexander levantam uma hipótese: a raiz dessa felicidade está na forma como os filhos são criados.

O Globo

Brasil tem piores índices de educação sexual na América Latina

País não conta com legislação que obrigue escolas a ensinar sobre o tema. Tema pouco debatido, a educação sexual no Brasil é cheia de conservadorismo e tabus. Um estudo feito pela Federação Internacional de Planejamento Familiar mostrou que, comparado com outros países da América Latina, o Brasil fica na lanterna quando o assunto é a introdução do tema no currículo educacional.

O Estado de São Paulo

Y ahora, ¿qué? ¿Cómo mejoramos la situación de la educación?

Ya pasó el revuelo creado por la 'Carta a mis alumnos suspensos'. Y ahora, ¿qué? La educación no es una moda pasajera o un fenómeno viral de las redes sociales: es una cotidianidad, una realidad que viven día a día sus hijos, que acuden a los centros de enseñanza de nuestro país; ustedes, sus familias, que sufren como víctimas colaterales el deterioro progresivo del sistema educativo de nuestro país, y nosotros, los miles de docentes que día a día lidiamos (enseñamos) en proporción 30 y pico a 1 a los adolescentes patrios.

Huffington Post

Yo sí puedo acabar con el analfabetismo

Casi 10 millones de personas de más de 30 países aprenden a leer con un programa cubano

En 1959 había en Cuba cerca de un millón de personas que no sabían leer o escribir, es decir, prácticamente uno de cada cuatro cubanos —el 23,59%— era analfabeto, según la Asociación de Pedagogos de Cuba. En 1961, apenas dos años después del triunfo de la revolución castrista, se lanzó una campaña que Fidel Castro llegó a denominar como “una de las más grandes batallas por la cultura que haya librado ningún pueblo”.

El Pais

Recursos educacionais precisam ter licença aberta

A falta de recursos educacionais continua a ser um dos principais problemas no mundo. Nos Estados Unidos, dois terços dos estudantes não compram livros didáticos por não ter como pagar por eles. O alerta foi feito por Cable Green, diretor de Educação Aberta da Creative Commons (CC), organização que oferece licenças abertas que permitem a distribuição gratuita de trabalhos

JC Notícias

New York Times: charters em baixa

Diane Ravitch informa que o New York Times em seu editorial de hoje critica as escolas charters:

“Em seu editorial sobre a corrida do Senado para confirmar Betsy DeVos, a indicada de Trump para o Departamento de Educação, o New York Times reconhece que as charters não são uma cura para os problemas da educação.

Avaliação Educacional

Educação Superior

Vamos salvar a Universidade do Terceiro Milênio

Isaac Roitman, professor emérito da UnB, escreve artigo para o Jornal da Ciência

A Universidade do Terceiro Milênio como foi chamada por Darcy Ribeiro, que a concebeu, foi criada em 1993 como uma universidade experimental para introduzir inovações no ensino superior brasileiro em um ambiente interdisciplinar, com um corpo docente composto 100% por doutores com dedicação exclusiva.

JC Notícias

Ministro diz que universidades privadas estão perdendo influência

Ministro diz que universidades privadas estão perdendo influência

Ministro afirmou que MEC tem como diretriz central o interesse dos estudantes, e que todo o sistema funciona para atender a eles

O Brasil está estudando formas de melhorar a fiscalização de universidades públicas e privadas, tanto em relação à qualidade dos cursos quanto à eficácia dos programas de financiamento estudantil e bolsas de estudos do governo, segundo o ministro da Educação, José Mendonça Filho.

Exame

Fies vai ter pelo menos o mesmo nº de vagas novas que em 2016, diz ministro

Fies vai ter pelo menos o mesmo nº de vagas novas que em 2016, diz ministro

'Neste ano nós teremos no mínimo a repetição do ano passado. Eu quero crescer, mas não posso afirmar quanto', disse Mendonça Filho; ele também disse que pode antecipar a divulgação da nota do Enem 2016.

O ministro da Educação, Mendonça Filho, afirmou, na tarde desta sexta-feira (13), que o governo federal deve abrir , para 2017, pelo menos o mesmo número de vagas novas do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) de 2016. Em visita ao Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (Impa), no Rio de Janeiro, ele afirmou que o total do ano passado chegou a 220 mil contratos de financiamento de cursos de graduação em universidades e faculdades particulares.

G1

ABMES lança análise de cenário da Educação Superior com foco no perfil dos egressos no Brasil

A conclusão do ensino superior é um dos fatores que mais impacta no aumento de salário dos profissionais que estão no mercado. Em 2014, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), ao comparar quem tem graduação com aqueles que só possuem ensino médio, 40% dos que concluíram o ensino superior ganhavam de dois a cinco salários mínimos, enquanto que do total daqueles que cursaram apenas o ensino médio, 29% estão nessa mesma faixa salarial. A pesquisa também aponta que 36% dos graduados possuem remuneração acima de cinco salários mínimos. Esse patamar só foi alcançado por 7% daqueles que possuem somente o ensino médio. Esses dados mostram que há maior concentração de pessoas que ganham de dois a cinco salários mínimos - ou acima de cinco - entre os concluintes do ensino superior, em detrimento da população que concluiu apenas o ensino médio, onde há maior predominância da faixa de até dois salários mínimos.

ABMES

A formação em Direitos Humanos na Educação Superior no Brasil

E-book gratuito enfoca trajetórias, desafios e perspectivas

E-BOOK: A Formação em Direitos Humanos na Educação Superior no Brasil: trajetórias, desafios e perspectivas

Organizadores: Giuseppe Tosi, Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, Maria de Nazaré Tavares Zenaide, Editora: CCTA, João Pessoa (Brasil). Ano: 2016

Acesse

A partir deste ano, instituições de ensino terão mais opções para usar as notas do Enem

As instituições públicas de educação superior que adotam o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) para o preenchimento de vagas em cursos de graduação terão, a partir deste ano, mais flexibilidade na utilização das notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A Portaria Normativa nº 2/2017, publicada nesta quinta-feira, 5, faz alterações na legislação anterior, o que permite ampliar as opções de peso e de notas mínimas estabelecidas pelas instituições referentes às provas do Enem para a seleção dos candidatos.

A Portaria Normativa do MEC nº 2/2017, com as alterações referentes à nova edição do Sisu foi publicada no Diário Oficial da União desta quinta-feira, 5, seção 1 página 18.

MEC

Comissão unifica título de formandos em Agronomia e em Engenharia Agrônômica

Pela proposta, estudantes de ambos os cursos receberão o diploma de “engenheiros agrônomos”

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou proposta que garante que seja concedido o título de “engenheiro agrônomo” a estudantes egressos de cursos superiores denominados tanto de “Agronomia” quanto de “Engenharia Agrônômica”, conforme a tradição adotada pela instituição de ensino superior. A medida está prevista no Projeto de Lei 3740/15, do deputado Guilherme Mussi (PP-SP).

JC Notícias

Educação garante matrícula no ensino superior de aluno que não concluiu o ensino médio

Pela proposta, para ter direito ao acesso ao ensino superior, o estudante precisa ter sido aprovado em processo seletivo de acesso a curso superior de graduação que considere o resultado do estudante no Enem. O aluno também precisa ter obtido a pontuação mínima no Exame para conclusão do ensino médio

A Comissão de Educação aprovou proposta que admite a matrícula no ensino superior de estudantes que ainda estejam cursando o último ano do ensino médio.

Agência Câmara de Notícias

JC Notícias

MEC estabelece prazos para credenciamento de instituições de ensino superior

Os períodos para centros universitários vão de três a cinco anos e, para universidades, cinco a dez anos

Foi publicada no Diário Oficial da União desta quarta-feira, 4, portaria estabelecendo prazos de validade para atos de credenciamento e recredenciamento de instituições de ensino superior. Os períodos para centros universitários vão de três a cinco anos e, para universidades, cinco a dez anos.

Veja o texto na íntegra: **Estado de Minas.com**

JC Notícias

Universidade-empresa: uma relação ainda frágil

Nova edição do Jornal da Ciência impresso traz exemplos de políticas, práticas e incentivos que buscam aproximar a pesquisa e a indústria no Brasil

A cooperação entre empresas e a universidades facilita a produção de conhecimento e a sua transformação em novas tecnologias produtivas, contribuindo para a competitividade empresarial em um mundo globalizado. Em virtude da relevância do assunto, o Jornal da Ciência traz nesta edição exemplos de práticas e incentivos, que buscam facilitar essa relação.

JC Notícia

Ensino Médio

Senado deve retomar atividades com discussão sobre reforma do ensino médio

As atividades no Congresso Nacional serão retomadas no dia 2 de fevereiro

A reforma do ensino médio deve abrir as atividades no Senado no início deste ano. Tramitando em regime de urgência, a Medida Provisória (MP) 746/2016 tranca a pauta de votações no plenário caso não seja apreciada. Os senadores têm um mês para deliberar sobre a MP 746/2016, após o retorno do recesso parlamentar. A medida provisória perderá a validade caso não seja aprovada até o dia 2 de março.

Entre as principais alterações que constam na MP estão a ampliação da jornada escolar das atuais quatro horas obrigatórias por dia para sete horas, progressivamente. Quanto ao currículo, a medida estabelece que parte do ensino médio seja voltada para os conteúdos que serão definidos na Base Nacional Comum Curricular, atualmente em discussão no Ministério da Educação, e parte para itinerários formativos, que serão escolhidos pelos estudantes.

JC Notícias

Comunicado à imprensa

O Ministério da Educação respeita o parecer do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, no entanto, mantém o entendimento de que a Medida Provisória da reforma do ensino médio obedece ao requisito constitucional da urgência e relevância. O MEC entende que toda matéria para melhorar a qualidade da educação é relevante. Assim como, é urgente apresentar à sociedade uma proposta para enfrentar o flagelo do ensino médio. É importante lembrar que, há 20 anos, o País discute a reforma do ensino médio sem avançar para torná-la realidade. Destaca ainda, que a MP teve admitida a sua constitucionalidade pelo Congresso Nacional.

MEC

Vide também:

Quadro Comparativo da Medida Provisória nº 746, de 2016 (Senado)

MEC divulga lista final das unidades aprovadas no Programa de Escola em Tempo Integral

O Ministério da Educação divulgou nesta sexta-feira, 23, a relação das unidades selecionadas pelo Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Foram aprovadas 523 instituições nos 26 estados e no Distrito Federal, representando 266 mil novas matrículas em tempo integral no primeiro edital do programa, que será implementado de 2017 a 2020. Os recursos serão transferidos por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). As informações estão na Portaria Nº24, da Secretaria de Educação Básica (SEB) do MEC.

Confira a lista das unidades selecionadas pelo Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral

MEC

Sete educadores brasileiros fundamentais para compreender a educação integral

Pautados por uma concepção de justiça e democracia, foram muitas as mentes que pensaram e discutiram caminhos para a educação no Brasil, mas algumas se destacaram pela riqueza da obra e contribuições às políticas educacionais no País

“A educação integral não é uma modalidade; é um novo paradigma”. Presente na literatura e no pensamento acadêmico mundial, o conceito de uma formação integral – que leva em conta não apenas o componente acadêmico, mas o pleno desenvolvimento dos educandos – está presente na história contemporânea da educação brasileira com muita força. Educadores brasileiros foram peças fundamentais para a construção desse entendimento e foram e ainda são referência nacional e internacional no debate, demarcando o direito à educação como estruturante das bases para a conquista de um país justo, solidário e democrático.

JC Notícias

Ensino Público

Educação pública em cooperação com os municípios: o exemplo do Ceará

Rogers Vasconcelos Mendes

A principal lição que esse desenho de política pública traz é que a educação precisa ser vista como um processo integrado

A educação pública é uma agenda complexa em qualquer lugar do mundo. Mas em países com as dimensões territoriais do Brasil, as estratégias para garantir o direito à educação de qualidade para todos precisam ser criativas e pautada num assertivo comprometimento político. Não à toa, a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação discorrem sobre a divisão de responsabilidades entre os entes federados, tendo em vista construir instâncias de governança para investimento focado e acompanhamento temático, no caso da educação, de cada nível de ensino.

Nexo

Crise empurra alunos para a rede estadual

Este ano, 32.350 jovens vão passar pela mudança: eles deixarão escolas privadas para estudar na rede estadual, que sofre as consequências de uma grave crise financeira. De acordo com a Secretaria de Educação, o número representa um aumento de 18,2% em relação ao ano passado, quando foram 27.357 matrículas de egressos da rede particular. Esse movimento vem aumentando a cada ano.

O Globo

O futuro da educação pública no Brasil

Ao longo da nossa história, o Brasil cometeu um erro grave ao não priorizar o direito à educação para todos como principal pilar de um projeto de país. Esta decisão trouxe, e ainda traz, sérias consequências. Ela não apenas limita o desenvolvimento econômico e a qualidade

de vida da população como contribui para a manutenção das desigualdades sociais que historicamente afligem, sobretudo, os mais pobres.

Uol

Reprovação, um impasse educacional

O Brasil já variou suas experiências em reprovações dos alunos por repetição de ano, dependência em disciplina, proibição de reprovação e outras soluções para a “não aprendizagem”. Reprovar (ou, nas palavras corretas, ajustar a criança ao seu nível de desenvolvimento) é o que existe de mais produtivo. A criança se integra melhor, aumenta a autoestima, produz mais. Diminui o estresse, aprende mais e se torna mais feliz.

O Povo

Ensino Público - SP

SP: Alckmin reduz número de vice-diretores, mediadores e coordenadores nas escolas

Servidores serão reconduzidos para a sala de aula e devem suprir parte da perda de docentes nos últimos anos na rede estadual

O governo Geraldo Alckmin (PSDB) aprovou um conjunto de resoluções nas últimas duas semanas que, na prática, reduzirão em 3 mil o número de vice-diretores, professores coordenadores e mediadores da rede de Educação em todo o Estado.

O Estado de São Paulo

Conheça o novo plano de João Doria para a educação em São Paulo

Antecipar a alfabetização, rever o sistema de reprovação e retomar a Prova São Paulo estão entre os planos do prefeito de São Paulo, João Doria (PSDB), para o sistema de ensino municipal.

O objetivo, segundo o secretário da Educação, Alexandre Schneider, é colocar a cidade no topo do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação).

Folha de S. Paulo

'São Paulo vai liderar o Ideb entre as capitais até 2019'

Todos os estudantes da rede municipal de São Paulo, a partir do 2º ano, farão uma revisão de conteúdo nos primeiros 30 dias de aula deste ano. A determinação é do secretário de Educação, Alexandre Schneider. Em entrevista à Folha, ele prometeu colocar a cidade no topo do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) até 2019 e ainda anunciou que vai retomar a aplicação anual da Prova São Paulo.

Folha de S. Paulo

Alckmin e Doria anunciam integração das redes de Educação

Governador e prefeito não souberam explicar como será a interação e qual modelo será adotado; parcerias em outras áreas também ocorrerão

O prefeito de São Paulo, João Doria, e o governador do Estado, Geraldo Alckmin, ambos do PSDB, anunciaram uma integração entre as redes estadual e municipal de Educação, com compartilhamento de calendário acadêmico, ciclos e material pedagógico. Essa é uma das conclusões da primeira reunião conjunta entre o secretariado municipal e estadual ocorrida nesta segunda-feira, 9.

Leia na íntegra: **O Estado de S. Paulo**

JC Notícias

Eventos

Livro: Todos pela educação?

Foi publicado o livro de Erica Moreira Martins sobre o Movimento Todos pela Educação com o título: “Todos pela Educação? Como os empresários estão determinando a política educacional brasileira” pela Editora Lamparina.

Em sua apresentação, Nora Krawczyk diz:

“Realizado com base em rigorosa pesquisa empírica e bibliográfica, este livro constitui uma contribuição fundamental para a compreensão da dinâmica do empresariado na educação, mas, sobretudo, para a reflexão sobre o devir histórico-social e educacional de nosso país.”

Avaliação Educacional**Livro: Educação de Tod@s para Tod@s**

Alessandro de Melo publica o livro “Educação de Tod@s para Tod@s: a reforma educativa neoliberal e o caso espanhol” pela editora Apprehendere. Em sua apresentação, José Ignacio Rivas Flores diz:

“O trabalho docente se vê submetido, de forma crescente, a dinâmicas de controle asfixiantes e a uma organização do trabalho, proletarizado por projetos preestabelecidos. Somente assim o poder político pode levar adiante esta “roda gigante” legislativa. Se faz necessária uma mudança importante, que faça com que nossos professores recuperem o orgulho de sua profissão e atuem como agentes de mudança e melhoramento social, a partir de um trabalho autônomo, profissional e comprometido com o projeto coletivo.”

Avaliação Educacional**Universidade, poder e direitos humanos**

Livro pode ser baixado gratuitamente

Em 2016, no 40º ano da Unesp, o Grupo de Pesquisa Ética, Educação e Direitos Humanos do Câmpus da Unesp de Bauru, expôs seus estudos nos Colóquios: Universidade, Poder e Direitos Humanos, em torno dos temas: ‘formação ético-política’, ‘trabalho docente e aceleração’, ‘movimento estudantil’ e violência de gênero’.

A produção desses eventos está agora disponível em e-book, pela Cultura Acadêmica da Editora Unesp: **Acesse**

Unesp

Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM

Enem 2017 não servirá como certificação de Ensino Médio

Encceja, que já é aplicado como meio de certificação de conclusão do Ensino Fundamental, será ampliado para servir também ao Ensino Médio. “A notícia deve ser oficializada amanhã, a separação do Enem em relação ao Encceja [Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos]”, disse Mendonça Filho

Exame

TRI: Entenda como funciona o método de correção do Enem

Muitos candidatos do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) ainda não conhecem o sistema adotado pelo Inep para corrigir e classificar a pontuação das questões do exame. O TRI (Teoria de Resposta ao Item) é o método usado para se calcular a pontuação dada a cada questão da prova. Nesta matéria, vamos te explicar como ele funciona.

Gazeta do Povo

Ministério da Educação abre no dia 18 consulta pública sobre o novo Enem

O Ministério da Educação (MEC) vai abrir a consulta pública para o novo modelo do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) no próximo dia 18, segundo o ministro da Educação,

Mendonça Filho. "Espero uma interação positiva dos estudantes do Brasil, educadores, pesquisadores e todos que possam colaborar com o aperfeiçoamento do exame que é patrimônio do Brasil", disse o ministro em entrevista à imprensa.

Agencia Brasil

Formação e Exercício do Magistério, Gestão

Estágios em cursos de Educação Especial da Unesp

Ação permite aprendizado contextualizado e significativo

Os estágios em escolas têm sido avaliados positivamente pelos educadores que participam dos cursos de especialização em Educação Especial do Núcleo de Educação a Distância (NEaD) da Unesp. Atualmente, dois cursos estão em andamento, realizados em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo: um com ênfase em Deficiência Auditiva/Surdez e outro com enfoque em Altas Habilidades/Superdotação.

Unesp

Pagar novo piso salarial a professores é desafio para prefeituras

Em tempos de queda de arrecadação de impostos e dificuldade para honrar pagamentos, as prefeituras vão enfrentar outro desafio: o novo piso do magistério. Anunciado ontem pelo Ministério da Educação (MEC), o reajuste terá impacto superior a R\$ 5 bilhões nas contas das cidades brasileiras, de acordo com a Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

Hoje em Dia

Vide também:

Entenda como é calculado o piso dos professores da educação básica (EBC)

Nem metade dos municípios declarou cumprir o piso dos professores em 2016 (UOL)

Alta no piso dos professores provocará impacto de R\$ 5 bi, dizem municípios (UOL)

MEC anuncia piso salarial dos professores com aumento de 7,64%, índice acima da inflação

O piso salarial dos professores terá aumento de 7,64% em 2017. O índice, anunciado pelo Ministério da Educação nesta quinta-feira, 12, representa incremento de 1,35% acima da inflação acumulada de 2016, que foi de 6,29%, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA), divulgado na quarta-feira, 10, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O ministro da Educação, Mendonça Filho, também reafirmou o compromisso do governo federal de antecipar o repasse de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb) para complementar o piso salarial dos professores, nos estados e municípios, referente a 2017. Conforme anunciado em dezembro, o pagamento, este ano, será feito mensalmente, já a partir de janeiro. Para este ano, o valor estimado é de R\$ 1,29 bilhão.

MEC

Professores e currículo têm de estar alinhados

O reconhecimento chegou à educação para Cingapura, que é hoje um dos países mais desenvolvidos do mundo. "A chave do sucesso é que todos os componentes do sistema educacional precisam estar alinhados. Se muda o currículo, a formação de professores precisa mudar também", contou à Folha, Lee Sing Kong, 65, um dos responsáveis pela transformação do ensino no país.

Folha de São Paulo

Jornal Hoje mostra a dura realidade de professores da rede pública

Entenda como é calculado o piso dos professores da educação básica

A expectativa é que os salários dos professores da educação básica estejam equiparados aos de outros profissionais com escolaridade

O piso salarial dos professores em 2017 terá um reajuste de 7,64%. Com isso, o menor salário a ser pago a professores da educação básica da rede pública deve passar dos atuais R\$ 2.135,64 para R\$ 2.298,80.

IstoÉ

‘Ninguém sabe ainda como formar professores inovadores’, diz educadora que trabalhou na Apple e com Obama

“Além de conhecer a tecnologia, é preciso saber administrar uma sala de aula, arrebatando os corações e mentes dos alunos e engajá-los na resolução de problemas complexos usando a tecnologia. São habilidades diferentes”, afirma Karen Cator

Vinda de alguém que já trabalhou nas salas de aula, em uma grande empresa de tecnologia e no governo americano, a resposta de Karen Cator sobre como formar professores mais eficientes para o século é surpreendente: “Acho que ninguém descobriu ainda como fazer”. Segundo ela, os cursos superiores de Educação nos EUA e no Brasil enfrentam problemas semelhantes – mais teoria de ensino do que prática, além de pouca ênfase no uso da tecnologia para melhorar o aprendizado dos alunos. Mesmo que os novos professores já sejam nativos da era da internet.

Veja o texto na íntegra: **BBC Brasil**

JC Notícias

Edgar Morin: é preciso educar os educadores

Mudanças profundas ocorreram em escala mundial nas últimas décadas do século 20, entre elas o avanço da tecnologia de informação, a globalização econômica e o fim da polarização ideológica nas relações internacionais.

Diante desse cenário, o sociólogo francês Edgar Morin, hoje com 95 anos, defende que a maior urgência no campo das ideias não é rever doutrinas e métodos, mas elaborar uma nova concepção do próprio conhecimento. No lugar da especialização, da simplificação e da fragmentação de saberes, Morin propõe um dos conceitos que o tornaram um dos maiores intelectuais do nosso tempo: o da complexidade.

Fronteiras

Il y a des mauvais profs, mais il y a surtout des profs seuls

L'Éducation nationale ne peut ou ne fait pas grand-chose pour remédier à ce problème, sauf dans les cas les plus graves.

Que faire quand un prof est défaillant? Le problème, c'est que l'Éducation nationale semble organisée comme si cela ne pouvait pas arriver. En cause, une culture bien ancrée, celle de l'individualisme et de la solitude, acceptée ou subie dans la pratique professionnelle et des carrières de plus en plus longues.

Slate fr

Plataforma de gestão de aprendizagem oferece uso gratuito a professores

Lançada nos Estados Unidos em 2011, a plataforma de gestão de aprendizagem LMS Canvas chegou ao Brasil em maio do ano passado. Usada por universidades internacionais de ponta, como Harvard e Stanford, a ferramenta tem cerca de 18 milhões de usuários no mundo e se diferencia de outras com funcionalidades semelhantes por ser fácil de usar.

Porvir

Educação e livre pensar

Faz parte da formação pedagógica docente aprender a ser equânime, escreve Tania Zagury em artigo no O Globo Online

Há mais de quatro décadas aprendi que, numa sociedade democrática, professores têm o compromisso inalienável de descortinar para o aluno a multiplicidade do pensamento humano. Significa dizer que, independentemente do que pensa cada um, cabe-nos apresentar o mosaico de ideias, sistemas, linhas políticas etc. que coexistem na sociedade. Apresentar uma apenas ou qualificar tal ou qual como “certa” ou “errada” é direcionar a aprendizagem. Na sociedade democrática, o professor deve não apenas apresentar à turma todas as facetas da realidade, como promover ações que façam refletir sobre elas, utilizando, por exemplo, textos de autores de correntes diversas, de forma que o aluno possa conhecer diferentes formas de pensar uma mesma situação.

Veja o texto na íntegra: **O Globo Online**

JC Notícias

Os segredos de dois professores brasileiros eleitos entre os 50 mais inovadores do mundo

Valter Menezes e Wemerson Nogueira foram escolhidos para concorrer ao prêmio Nobel da Educação

Um é um veterano da educação, com 22 anos de sala de aula. O outro é novato, apenas cinco anos de experiência. Mas os dois brasileiros selecionados dentre os 50 melhores professores do mundo têm algumas coisas em comum. Ambos dão aula de Ciências e compartilham uma paixão: buscar formas de inovar o ensino público. Valter Menezes, do Amazonas, e Wemerson Nogueira, do Espírito Santo, foram escolhidos entre mais de 20 mil nomeações, para concorrer ao Global Teacher Prize, promovido pela Fundação Varkey e considerado o Nobel da educação. O vencedor leva um prêmio de US\$ 1 milhão.

Os professores dividiram com o EL PAÍS o segredo para ser inovador, mesmo frente às adversidades da escola pública. Ouvir e valorizar os alunos, ser um aprendiz, compartilhar informações com outros professores, ser criativo, ampliar a educação para fora dos muros da escola e, principalmente, mostrar aos alunos que a educação pode ser transformadora são alguns dos ensinamentos que eles destacam para mudar a qualidade do ensino brasileiro.

El País

Veja também:

"Me sinto desvalorizado pelo Brasil", diz professor premiado (UOL)

Porvir conquista novo prêmio pela Série Formação de Professores

Portal venceu a categoria ensino superior em premiação da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

A Série sobre Formação de Professores garantiu mais um prêmio inédito para o Porvir. Na última quinta-feira (12), a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior anunciou que o portal venceu o Prêmio Andifes de Jornalismo 2016, na categoria ensino superior.

Porvir

Legislação Estadual

Lei nº 16.347, de 29 de dezembro de 2016

Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2017

DOE 30/12/2016, Seção I, p. 1 a 4

Autógrafo nº 31.799

Dispõe sobre a criação da Fundação de Apoio à Extensão Universitária – FAEx, vinculada à Casa Civil.

DOE PL de 18/01/2017, p. 5 a 7

Autógrafo nº 31.782

Projeto de lei nº 1607, de 2015 Autor: Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor - PRB Autoriza o Poder Executivo a incluir no currículo escolar do ensino médio das escolas estaduais as disciplinas Direito do Consumidor e Educação Fiscal, bem como conteúdos voltados ao estudo do processo de consumo e ao respeito e à valorização do consumidor

DOE PL de 11/01/2017, p. 4

Autógrafo nº 31.783

Projeto de lei nº 319, de 2016 Autor: Deputado Luiz Fernando Machado - PSDB Autoriza a instituição, nas redes pública e privada de ensino, da disciplina O Estudo da

DOE PL de 11/01/2017, p. 4

Autógrafo nº 31.784

Projeto de lei nº 449, de 2016 Autora: Deputada Beth Sáhão – PT Autoriza a criação do Programa de Educação Política e para a Cidadania, destinado aos estudantes das escolas da rede estadual de ensino.

DOE PL de 11/01/2017, p. 4

Decreto nº 62.413, de 6 de janeiro de 2017

Estabelece normas para a execução orçamentária e financeira do exercício de 2017 e dá providências correlatas

DOE 07/01/2017, Seção I, p. 1

Decreto nº 62.425, de 17 de janeiro de 2017

Dispõe sobre a identificação das unidades escolares da Secretaria da Educação que contarão com a função de Gerente de Organização Escolar - GOE, e dá providências correlatas

DOE de 18/01/2017, Seção I, p. 5 a 40

Decreto nº 62.419, de 17 de janeiro de 2017

Dispõe sobre a suspensão, para o exercício de 2016, da aplicação do disposto no artigo 5º do Decreto nº 25.013, de 16 de abril de 1986, aos integrantes das classes do Quadro do Magistério em exercício na Secretaria da Educação

DOE de 18/01/2017, Seção I, p. 1

Decreto nº 62.405, de 30 de dezembro de 2016

Altera o Estatuto da Fundação Universidade Virtual do Estado de São Paulo – UNIVESP, aprovado pelo Decreto nº 58.438, de 9 de outubro de 2012

DOE 31/12/2016, Seção I, p. 1

Decreto nº 62.406, de 30 de dezembro de 2016

Altera o Regimento Geral da Fundação Universidade Virtual do Estado de São Paulo – UNIVESP, aprovado pelo Decreto nº 60.333, de 3 de abril de 2014

DOE 31/12/2016, Seção I, p. 1

Decreto nº 62.350, de 26 de dezembro de 2016

Dispõe, nos termos do artigo 102 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, sobre a aplicação dos recursos destinados ao pagamento de precatórios

no regime da Emenda nº 94/2016, e sobre os termos e condições para acordos com os credores

DOE 27/12/2016, Seção I, p. 1

Decreto nº 62.343, de 21 de dezembro de 2016

Dá denominação de “Professora Esther de Figueiredo Ferraz” a unidade escolar da Secretaria da Educação, localizada no Município de São Paulo.

DOE 22/12/2016, Seção I, p. 5

Decreto nº 62.304, de 14 de dezembro de 2016

Dispõe sobre a oficialização da Ordem do Mérito MMDC, do Núcleo MMDC “Caetano de Campos”, da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo

DOE 15/12/2016, Seção I, p. 17

Decreto nº 62.306, de 14 de dezembro de 2016

Dispõe sobre a reformulação do Programa ACESSA São Paulo, reestruturado pelo Decreto nº 52.897, de 11 de abril de 2008, e dá providências correlatas,

DOE 15/12/2016, Seção I, p. 17

Decreto de 6-1-2017

Designando, nos termos do art. 15 do Estatuto da Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE, com a nova redação aprovada pelo Dec. 51.925-2007, João Cury Neto, RG 19.683.026, para exercer a função de Presidente da aludida Fundação, na vaga decorrente da dispensa de Barjas Negri, RG 5.125.223-5 (D.O. 29-3-2016).

DOE 07/01/2017, Seção I, p. 11

Decreto de 5-1-2017

Designando, com fundamento no art. 8º da Lei 14.836- 2012, e nos termos do art. 12 do Estatuto da Fundação Universidade Virtual do Estado de São Paulo - Univesp, aprovado pelo Dec. 58.438-2012, alterado pelo Dec. 62.405-2016, pelo prazo de 4 anos, Maria Alice Carraturi Pereira, RG 17.226.024-3, para exercer a função de Presidente da referida Universidade.

DOE 06/01/2017, Seção I, p. 1

Decreto de 19-12-2016

Designa membros para comporem o Conselho Curador da Fundação Universidade Virtual do Estado de São Paulo – Univesp (Laura Laganá, como titular, na qualidade de representantes do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" – Ceeteps.)

DOE 20/12/2016, Seção I, p. 1

Resolução SE 2, de 6-1-2017

Altera a Resolução SE 19, de 12.2.2010, que institui o Sistema de Proteção Escolar na rede estadual de ensino de São Paulo, a Resolução SE 7, de 19.1.2012, que dispõe sobre o exercício das atribuições de Professor Mediador Escolar e Comunitário do Sistema de Proteção Escolar e a Resolução SE 53, de 22.9.2016, que dispõe sobre a consolidação das normas que regulam e regulamentam o Programa Escola da Família – PEF, nas escolas da rede pública estadual, e dá outras providências

DOE 07/01/2017, Seção I, p. 38

Resolução SE-1, de 6-1-2017

Dispõe sobre a organização curricular do Ensino Médio integrado à Educação Profissional Técnica de Nível Médio

DOE 07/01/2017, Seção I, p. 36 -38

Resolução Conjunta SE-SJDC-1, de 10-1-2017

Institui o Projeto Explorando o Currículo no atendimento escolar a adolescentes que se encontram em internação provisória, nos Centros de Internação Provisória - CIP, da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - Fundação CASA - SP

Revoga a Resolução SE 109, de 13-10-2003

DOE de 11/01/2017, Seção I, p. 70

Resolução Conjunta SE-SJDC-2, de 10-1-2017

Dispõe sobre o atendimento escolar a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas de internação nos Centros de Internação - CI da Fundação CASA, e dá providências correlatas.

Revoga as Resoluções SE 15/2010, a Resolução SE 6/2011, a Resolução SE 6/2012, a Resolução SE 24/2011 e a Resolução SE 13/2016.

DOE de 11/01/2017, Seção I, p. 70

Resolução Conjunta SE-SAP-2, de 30-12-2016

Dispõe sobre a oferta da educação básica a jovens e adultos que se encontram em situação de privação de liberdade no Sistema Prisional do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas

Revoga as Resoluções Conjuntas SE-SAP-1/2013, 1/2014 e 1/2016

DOE 04/01/2017, Seção I, p. 37 a 38

Resolução SE 76, de 27-12-2016

Altera a Resolução SE 6, de 19-1-2016, que dispõe sobre a organização curricular do ensino fundamental, nas Escolas de Tempo Integral - ETI, e dá providências correlatas

DOE 28/12/2016, Seção I, p. 31

Resolução SE 75, de 27-12-2016

Prorroga afastamentos de servidores da Pasta da Educação, junto a Prefeituras Municipais, para atendimento ao ensino fundamental, nos termos do convênio de Parceria Educacional Estado/Município

DOE 28/12/2016, Seção I, p. 31

Resolução SE 74, de 27-12-2016

Altera a Resolução SE 19, de 12-2-2010, que institui o Sistema de Proteção Escolar na rede estadual de ensino de São Paulo, e dá providências correlatas, e a Resolução SE 7, de 19-1-2012, que dispõe sobre o exercício das atribuições de Professor Mediador Escolar e Comunitário do Sistema de Proteção Escolar, e dá providências correlatas

DOE 28/12/2016, Seção I, p. 31 a 32

Resolução SE 73, de 27-12-2016

Altera a Resolução SE 53, de 22-9-2016, que dispõe sobre a consolidação das normas que regulam e regulamentam o Programa Escola da Família - PEF, nas escolas da rede pública estadual, e dá providências correlatas

DOE 29/12/2016, Seção I, p. 18 (Republicada por ter saído com incorreção)

Resolução SE 72, de 22-12-2016

Dispõe sobre o processo anual de atribuição de classes e aulas ao pessoal docente do Quadro do Magistério

Revoga a Resolução SE 75, de 28-11-2013, a Resolução SE 70, de 29-12-2014, a Resolução SE 5, de 15-01-2016 e o disposto no inciso I do artigo 8º da Resolução SE 66, de 16-12-2014.

DOE de 23/12/2016, Seção I, p. 23 a 25

Resolução SE 71, de 22-12-2016

Dispõe sobre o atendimento escolar a alunos em ambiente hospitalar e dá providências correlatas

DOE de 23/12/2016, Seção I, p. 22 a 23

Resolução SE 70, de 19-12-2016

Altera a **Resolução SE 70, de 21-10-2011**, que dispõe sobre a instalação de Salas e Ambientes de Leitura nas escolas da rede pública estadual

Revoga o inciso II do artigo 1º da Resolução SE 14, de 29-1-2016

DOE de 20/12/2016, Seção I, p. 26

Resolução SE 69, de 19-12-2016

Dispõe sobre o módulo de Diretor de Escola e de Vice-Diretor de Escola das unidades escolares da rede estadual de ensino, e dá providências correlatas

Revoga as Resoluções SE 27, de 11.3.2008, e 25, de 5.3.2010

DOE de 20/12/2016, Seção I, p. 26

Resolução SE 68, de 19-12-2016

Altera a Resolução SE 147, de 29-12-2003, que dispõe sobre a organização e o funcionamento das Escolas Indígenas no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo

Revoga a Resolução SE 21, de 15-2-2008.

DOE de 13/01/2017, Seção I, p.23-24 (Republicada por ter saído com incorreções)

Resolução SE 67, de 19-12-2016

Dispõe sobre a elaboração do calendário escolar para o ano letivo de 2017

D.O.E.20/12/2016, Seção I, p. 25 a 26

Resolução SE 66, de 19-12-2016

Altera a **Resolução SE 77, de 6-12-2011**, que dispõe sobre a organização e o funcionamento dos cursos de Educação de Jovens e Adultos, nos Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos – CEEJAs

Revoga a Resolução SE 10, de 29-1-2016

DOE de 20/12/2016, Seção I, p. 25

Resolução SE 65, de 19-12-2016

Altera a Resolução SE 75, de 30-12-2014, que dispõe sobre a função gratificada de Professor Coordenador

Revoga as Resoluções SE 12, de 29-1-2016, e 15, de 5-2-2016.

DOE de 20/12/2016, Seção I, p. 25

Resolução SE 64, de 19-12-2016

Altera a **Resolução SE 3, de 28-1-2011**, que dispõe sobre o processo de atribuição de classes, turmas e aulas de Projetos da Pasta aos docentes do Quadro do Magistério, e dá providências correlatas

Revoga o inciso II do artigo 1º da Resolução SE 9, de 29-1-2016.

DOE de 20/12/2016, Seção I, p. 25

Resolução SE 63, de 16-12-2016

Dispõe sobre a transferência de recursos financeiros aos Municípios paulistas, para fornecimento de alimentação escolar aos alunos das escolas da rede pública estadual de ensino, e dá providências correlatas

DOE de 17/12/2016, Seção I, p. 34

Portaria CGRH-1, de 10-1-2017

Estabelece cronograma e diretrizes para o processo de atribuição de classes e aulas do letivo de 2017, nos termos da **Resolução SE 72, de 22-12-2016**

DOE de 12/01/2017, Seção I, p.75 (Republicada por ter saído com incorreções)

Instrução Conjunta Cise-Cofi s/nº, de 21-12-2016

Com o objetivo de dar continuidade aos Convênios da Alimentação Escolar para o ano de 2017, em conformidade com o estabelecido no Decreto 61.928, de 12-04-2016, alterado pelo Decreto 62.158, de 24-08-2016, na Resolução SE 63, de 16-12-2016, e na Portaria Cise 1, de 19-12-2016, a Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares - Cise e a Coordenadoria de Orçamento e Finanças - Cofi, instruem as Diretorias de Ensino, órgãos responsáveis pela articulação entre a Secretaria de Estado da Educação - SEE e os Municípios Paulistas, quanto aos procedimentos necessários à formalização/continuidade do convênio.

DOE 22/12/2016, Seção I, p. 67

Portaria Cise-1, de 19-12-2016

Dispõe sobre os procedimentos necessários à celebração de convênio com os municípios paulistas para transferência de recursos financeiros visando ao fornecimento de alimentação escolar aos alunos das escolas da rede pública estadual de ensino

DOE 20/12/2016, Seção I, p. 37

Comunicado Cise-24, de 23-12-2016

Início do Ano Letivo 2017 Aos Dirigentes Regionais de Ensino, Diretores

DOE de 24/12/2016, Seção I, p. 23

Legislação Federal

Lei no - 13.413, de 29 de dezembro de 2016

Altera a **Lei no 5.700, de 1o de setembro de 1971**, que "dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências", para determinar que o Hino Nacional seja executado na abertura das competições esportivas nacionais que especifica.

DOU de 30/12/2016, Seção I, p. 03

Lei no 13.409, de 28 de dezembro de 2016

Altera a **Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012**, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino.

DOU de 29/12/2016, Seção I, p. 3

Decreto no - 8.956, de 12 de janeiro de 2017

Altera o Decreto nº 6.317, de 20 de dezembro de 2007, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.

DOU de 13/01/2017, Seção I, p. 1-3

Decreto de 8.954, de 10 de janeiro de 2017

Institui o Comitê do Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência e da Avaliação Unificada da Deficiência e dá outras providências.

DOU de 11/01/2017, Seção I, p.14

Decreto no - 8.936, de 19 de dezembro de 2016

Institui a Plataforma de Cidadania Digital e dispõe sobre a oferta dos serviços públicos digitais, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

DOU de 20/12/2016, Seção I, p. 7

Portaria Interministerial MEC/MF nº 8, de 26 de dezembro de 2016

Estabelece os parâmetros operacionais para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, no exercício de 2017.

DOU de 27/12/2016, Seção I, p. 77

Portaria Interministerial MEC/MF nº 7, de 16 de dezembro de 2016

Altera o caput do art. 2º da **Portaria Interministerial MEC/MF nº 11, de 30 de dezembro de 2015**, que dispõe sobre a operacionalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

DOU de 190/12/2016, Seção I, p. 23

Portaria Normativa MEC no - 3, de 17 de janeiro de 2017

Dispõe sobre procedimentos, em caráter transitório, para as avaliações realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep, conforme previsto na Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004.

Esta Portaria tem efeitos operacionais transitórios, até reformulação do conteúdo **da Portaria Normativa MEC no 40, de 2007, republicada em 2010.**

DOU de 18/01/2017, Seção I, p. 10 a 11

Portaria Normativa no 2, de 3 de janeiro de 2017

Altera a **Portaria Normativa MEC no 21, de 5 de novembro de 2012**, que dispõe sobre o Sistema de Seleção Unificada - Sisu.

DOU de 05/01/2017, Seção I, p. 18

Portaria Normativa MEC no 1, de 3 de janeiro de 2017

Estabelece os prazos de validade para atos regulatórios de credenciamento e credenciamento das Instituições de Educação Superior.

DOU de 04/01/2017, Seção I, p. 19

Portaria Normativa no - 26, de 21 de dezembro de 2016

Estabelece o Calendário Anual de abertura do protocolo de ingresso de processos regulatórios no Sistema e-MEC.

DOU de 22/12/2016, Seção I, p. 46

Portaria MEC no 31, de 12 de janeiro de 2017

Dispõe sobre o valor do Piso Salarial Profissional Nacional - PSPN do magistério público da educação básica, na forma prevista na **Lei no 11.738, de 2008**, fica definido em R\$ 2.298,80 (dois mil duzentos e noventa e oito reais e oitenta centavos) para o exercício de 2017.

DOU de 13/01/2017, Seção I, p. 16

Portaria MEC no 29, de 12 de janeiro de 2017

Institui o Comitê Estratégico do Plano de Ações Articuladas - PAR, no âmbito do Ministério da Educação - MEC, e revoga as Portarias MEC no 230 e 231, ambas de 12 de abril de 2016

Revoga as Portarias MEC no 230 e 231, ambas de 12 de abril de 2016

DOU de 13/01/2017, Seção I, p. 15 a 16

Portaria Normativa MEC no - 25, de 21 de dezembro de 2016

As regras de seleção dos estudantes a serem financiados com recursos do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies, no primeiro semestre de 2017, passam a ser regidas pelo disposto nesta Portaria, nos termos do art. 3o, § 1o, inciso I, da **Lei no 10.260, de 2001**.

DOU de 22/12/2016, Seção I, p. 44

Portaria Normativa no 24, de 20 de dezembro de 2016

Altera a **Portaria Normativa MEC no 18, de 1o de agosto de 2013**, que institui a Política de Transferência Assistida de estudantes regulares do Sistema Federal de Ensino, no âmbito dos processos de supervisão que resultem em desativação de cursos e descredenciamento de instituições de educação superior pelo Ministério da Educação.

DOU de 21/12/2016, Seção I, p. 75

Portaria Normativa MEC no 23, de 20 de dezembro de 2016

Altera dispositivos da **Portaria Normativa MEC no 40, de 12 de dezembro de 2007**, republicada em 2010, para efeitos imediatos nos processos de cálculo e divulgação dos Indicadores de Qualidade da Educação Superior, a partir da edição de 2015.

DOU de 21/12/2016, Seção I, p. 75

Portaria MEC nº 1.549, de 29 de dezembro de 2016

Altera as **Portarias MEC no 208, de 13 de março de 2015**, e no **1.163, de 30 de dezembro de 2015**, que tratam da substituição dos contratados pelas Fundações de Apoio que prestam serviços em atividade permanente aos Hospitais Universitários das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES.

DOU de 30/12/2016, Seção I, p. 195

Portaria MEC nº 1.547, de 28 de dezembro de 2016

Altera a **Portaria MEC no 619, de 24 de junho de 2015**, que institui a Instância Permanente de Negociação Federativa no Ministério da Educação.

DOU de 29/12/2016, Seção I, p. 642

Portaria MEC no - 1.538, de 28 de dezembro de 2016

Ficam divulgados os resultados finais do Censo Escolar de 2016, na forma dos Anexos I e II desta Portaria

DOU de 29/12/2016, Seção I, p. 19

Portaria MEC no - 1.470, de 20 de dezembro de 2016

Institui Grupo de Trabalho para discutir medidas de simplificação administrativa sobre matérias correlatas ao Ministério da Educação e suas entidades vinculadas e supervisionadas.

DOU de 21/12/2016, Seção I, p. 75

Portaria MEC no 1.460, de 15 de dezembro de 2016

Dispõe sobre alteração da **Portaria MEC no 817, de 13 de agosto de 2015**, que dispõe sobre a oferta da Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e

Emprego – Pronatec, de que trata a Lei n o 12.513, de 26 de outubro de 2011, e dá outras providências.

DOU de 16/12/2016, Seção I, p. 170

Portaria SEB nº 26, de 29 de dezembro de 2016

Autoriza o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE a realizar a transferência de recursos financeiros aos municípios e ao Distrito Federal para a manutenção de novas matrículas em novos estabelecimentos públicos de educação infantil, construídos com recursos de programas federais, conforme **Resolução CD/FNDE nº 15, de 16 de maio de 2013**

DOU de 30/12/2016, Seção I, p. 199

Portaria SEB nº 25, de 28 de dezembro de 2016

Autoriza o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE a realizar a transferência de recurso financeiro para a manutenção de novas matrículas em novas turmas de educação infantil aos municípios e ao Distrito Federal que pleitearam e estão aptos para pagamento, conforme Resolução CD/FNDE nº 16, de 16 de maio de 2013.

DOU de 30/12/2016, Seção I, p. 197

Portaria SEB nº 24, de 22 de dezembro de 2016

Resultado da adesão do Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, com recursos de programa federal, conforme **Resolução CD/FNDE nº 7, de 3 de novembro de 2016.**

DOU de 23/12/2016, Seção I, p. 102

Portaria SEPT nº 49, de 1o - de dezembro de 2016

Dispõe sobre o empenho e a transferência de recursos orçamentários e financeiros do ano de 2016 para garantir o fomento e a execução de ações da Bolsa-Formação, no âmbito do Pronatec.

DOU de 16/12/2016, Seção I, p. 170

Portaria no INEP - 35, de 16 de janeiro de 2017

Adota, como Bandeira Institucional do Inep, nos termos propostos pela Comissão Organizadora do Projeto INEP 80 ANOS e aprovado pelo seu Núcleo de Gestão Política e Estratégica, o modelo e respectivo estudo conceitual apresentados pela Diretoria de Estudos Educacionais (Dired), publicado no Boletim de Serviço do Inep.

DOU de 17/01/2017, Seção I, p. 19 e 20

Portaria INEP nº 36, de 16 de janeiro de 2017

Institui o **Prêmio INEP de Jornalismo** - Avaliações e Estatísticas Educacionais, no contexto das comemorações alusivas aos 80 anos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), criado pelo art. 39 da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, com a denominação de Instituto Nacional de Pedagogia, e organizado, já no ano seguinte, conforme DecretoLei nº 580, de 30 de julho de 1938, com a denominação de Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, destinado a funcionar como o centro de estudos de todas as questões educacionais relacionadas com os trabalhos do então Ministério da Educação e Saúde.

DOU de 17/01/2017, Seção I, p. 20

Portaria INEP nº 643, de 23 de dezembro de 2016

Institui o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) como sistema oficial de gestão de processos e documentos eletrônicos do Inep.

DOU de 26/12/2016, Seção I, p. 27

Portaria INEP nº 624, de 14 de dezembro de 2016

Estabelece os procedimentos de dispensa de participação no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - Enade 2016.

DOU de 19/12/2016, Seção I, p.27

Portaria no CAPES - 9, de 12 de janeiro de 2017

Estabelece o calendário de atividades da Diretoria de Avaliação para o ano de 2017

DOU de 17/01/2017, Seção I, p. 19

Portaria CAPES 238, de 15 de dezembro de 2016

Outorga o Grande Prêmio Capes de Tese - Edição 2016, teses defendidas em 2015.

DOU de 20/12/2016, Seção I, 24

Portaria CAPES nº 234, de 15 de dezembro de 2016

Alteração de denominação de áreas de avaliação na CAPES

DOU de 19/12/2016, Seção I, p. 24

Resolução FNDE no - 11, de 30 de dezembro de 2016

Inserir inciso III-A no art. 38 da Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, para ampliar o per capita da transferência de recursos financeiros de merenda escolar para os estudantes contemplados no Programa de Fomento à Implementação das Escolas em Tempo Integral.

DOU de 30/12/2016 A, Seção I, p. 2

Resolução SES nº 1, de 3 de janeiro de 2017

Estabelece o Calendário, a partir de 2017, para matrícula de médicos residentes no Sistema de Informação da Comissão Nacional de Residência Médica e para o ingresso nos Programas de Residência Médica, e dá outras providências.

DOU de 05/01/2017, Seção I, p. 21 (Republicação)

Resolução FNDE nº 10, de 29 de dezembro de 2016

Altera dispositivos da **Resolução CD/FNDE nº 10, de 4 de dezembro de 2015** e amplia a abrangência da assistência financeira para impressão de material de formação e apoio à prática docente, com foco na aprendizagem do aluno da educação básica aos estados, municípios e ao Distrito Federal.

Ficam revogados o art. 5º e o parágrafo único do art. 6º da **Resolução CD/FNDE nº 10, de 4 de dezembro de 2015**.

DOU de 30/12/2016, Seção I, p. 196

Resolução FNDE nº 9, de 16 de dezembro de 2016

Estabelece os procedimentos para a transferência de recursos financeiros aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios e para o pagamento de bolsas aos voluntários que atuem no Programa Brasil Alfabetizado a partir do ciclo de 2016.

DOU de 22/12/2016, Seção I, p. 48 (Republicada por ter saído, no DOU, de 19/12/2016, Seção 1, página 25, com incorreção no original)

Resolução FNDE nº 8, de 16 de dezembro de 2016

Altera as Resoluções nºs 10, de 18 de abril de 2013, e 16, de 9 de dezembro de 2015, do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (CD/FNDE), e dá outras providências.

DOU de 19/12/2016, Seção I, p. 25

Resolução CNRM nº 1, de 29 de dezembro de 2016

Dispõe sobre os requisitos mínimos do Programa de Residência Médica em Pediatria e dá outras providências

DOU de 30/12/2016, Seção I, p. 200

Pedagogia e Experiências

Método de estudo em 4 etapas é bem-recebido por alunos e professores

Alternativa às aulas expositivas, oficinas de estudo desenvolvidas pelo educador Fábio Ribeiro Mendes podem ser implantadas em escolas tradicionais com baixo custo e em curto prazo

Um estudo feito pelo professor e pesquisador Fábio Ribeiro Mendes em escolas estaduais na cidade de São Paulo mostrou que alunos e professores da rede pública aprovam o método de aprendizagem ativa criado por ele, chamado oficinas de estudo. A técnica pode ser usada como alternativa às aulas expositivas nas escolas tradicionais, com baixo custo e curto prazo de implantação.

Porvir

Desafio por mais educação mão na massa

Iniciativa da Fundação Lemann e do MIT vai apoiar e oferecer bolsa de estudos para autores de projetos voltados a escolas públicas e ambientes não-formais

Uma educação inovadora passa por novas ideias de serviços, produtos e pelo uso de tecnologia que favoreçam a aprendizagem mão na massa. Quem visitou o guia do Porvir já conhece iniciativas do ensino fundamental ao superior que assumiram esse caminho e, agora, a Fundação Lemann e o MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts) anunciam a criação do Desafio Aprendizagem Criativa Brasil para qualificar projetos nacionais.

Porvir

Docentes se aventuran a cambiar la educación científica en sus escuelas

Más de 190 profesionales se encuentran reunidos para potenciar la enseñanza de las ciencias y recibir nuevas metodologías de enseñanza, que les permitan convertirse en agentes de cambio para la mejora de la educación en sus regiones.

Viajaron desde distintos puntos del país para ser parte de una experiencia inédita. Aquí, mediante múltiples actividades, profesores y profesoras buscarán mejorar sus habilidades de liderazgo y desarrollar actividades innovadoras para favorecer la curiosidad y el pensamiento científico en sus estudiantes.

El Mostrador

Discalculia, o transtorno por trás da dificuldade de aprender matemática

"O fracasso na matemática – assim como o fracasso no amor – nos deixa machucados e vulneráveis", afirma o americano Ben Orlin em seu blog "Math with Bad Drawings" ("Matemática com desenhos ruins", em português).

Orlin diz ter experimentado na pele o que escreveu.

Curiosamente, ele é professor de matemática, mas sua experiência lhe ensinou que a disciplina "faz com que muita gente se sintam estúpida".

BBC

Escola no contraturno foca no desenvolvimento socioemocional

Com atividade de parkour, oficina maker, circo, artes e culinária, AfterSchool trabalha o lado cognitivo, emocional e social das crianças

A cena é divertida. Enquanto carregam pequenos potes de areia, meia dúzia de crianças passam por obstáculos e se equilibram em caixotes de madeira. Com a ajuda dos colegas, a missão é encher uma caixa do outro lado do parquinho para encontrar o tesouro escondido pelo capitão Barba Polvo. O que parece ser apenas uma oficina de parkour infantil, na verdade faz parte de um conjunto de atividades de férias realizadas no centro de educação AfterSchool, localizado no Alto de Pinheiros, na zona oeste de São Paulo (SP). Por lá, as brincadeiras e os desafios são estratégias para desenvolver competências socioemocionais de forma descontraída.

Porvir

Escola deveria incorporar ‘conversa de boteco’, diz educadora

Em vez de replicar bons sistemas de ensino de outros países, o Brasil deveria se inspirar neles e criar um modelo aproveitando traços da cultura nacional, como o gosto pela música e pela conversa, diz Cláudia Costin, ex-diretora do Banco Mundial para Educação e professora visitante na Universidade Havard (EUA)

“A dinâmica das aulas deveria lembrar mais nossas rodas de conversa do que uma palestra. Nada é mais contrário à nossa cultura fora dos muros da escola do que a forma como damos aula hoje”, afirma.

Em entrevista à BBC Brasil, Costin diz ainda que as centenas de escolas brasileiras ocupadas por estudantes ao longo do ano jamais serão como antes, já que os alunos não aceitarão mais assistir às aulas passivamente.

Leia na íntegra: **BBC Brasil**

JC Notícias

Pesquisas e Estudos

Agora é a vez da FAPESP

Na semana passada, a comunidade acadêmica passou a se defrontar de modo mais direto com a política de restrição orçamentária para ensino e pesquisa no estado de São Paulo, a partir de matérias veiculadas na grande mídia, como no jornal **O Estado de São Paulo** (12/01/2017):

A Assembleia Legislativa paulista (Alesp) retirou R\$ 120 milhões do orçamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) para investir na recuperação dos Institutos de Pesquisa estaduais. Representantes da comunidade científica dizem que a medida é inconstitucional, pois viola o Artigo 271 da Constituição Estadual, pelo qual 1% da receita tributária do Estado deve ser repassado à Fapesp anualmente, “como renda de sua privativa administração”.

Adunicamp

Um ataque ao patrimônio paulista: inconstitucionalidade da emenda que determina a dotação da Fapesp

Artigo assinado por Hernan Chaimovich, professor emérito do Instituto de Química da Universidade de São Paulo, para o Jornal da Ciência

Às vésperas do Natal, na calada da madrugada (como vem acontecendo muito ultimamente), por um acordo de líderes das bancadas governistas da Assembleia Legislativa de São Paulo, foi aprovada uma emenda na Lei Orçamentária Anual de 2017, que limita a dotação anual à Fapesp a 0,89% da receita tributária do Estado. O artigo 271 da Constituição Estadual de 1989 estabelece que essa dotação deve equivaler, **no mínimo**, a 1% da receita tributária. Assim, essa emenda é pura e simplesmente inconstitucional.

No entanto, o governador de São Paulo sancionou a lei com a emenda.

JC Notícia

Veja também:

Corte ameaça pesquisas científicas (Correio Popular)

Como as desigualdades sociais aparecem no discurso de presidentes brasileiros

Esta pesquisa procura compreender como os diferentes governos retratam as desigualdades sociais no Brasil, analisando os discursos de alguns presidentes ao longo de mais de 50 anos, para identificar mudanças e continuidades nas imagens oficiais. São examinados discursos de Getúlio Vargas e de outros presidentes a partir da restauração da democracia em 1985. De acordo com a pesquisa, na retórica oficial desses períodos, apesar da heterogeneidade, três significados foram atribuídos à desigualdade: injustiça, atraso e dívida. Segundo o autor, essas interpretações influem na política social e buscam orientar percepções populares.

Nexo

Inovação a passos lentos

Conhecimento científico e tecnológico gerado nas universidades está mais presente no conteúdo de inovação das empresas, comenta Marcos Cintra, presidente da Finep, em artigo do Globo

O IBGE publicou em dezembro a mais recente edição da Pesquisa Industrial de Inovação Tecnológica (Pintec), que mostra o panorama das atividades realizadas pelas empresas brasileiras. No cômputo geral, o cenário não pode ser considerado positivo, especialmente em razão da ampliação do apoio público às atividades.

Os dados da pesquisa indicam que 36% das empresas brasileiras introduziram algum tipo de inovação no período de 2012-2014, ante 35,7% na edição anterior, um panorama que pode ser avaliado como estável no período.

Leia na íntegra: **O Globo**

JC Notícias

Segundo IBGE, educação infantil avançou 84,3% no Brasil

Entre os anos de 2005 e 2015, as crianças brasileiras que têm entre 4 e 5 anos ganharam mais oportunidades de acessarem à educação infantil. Esses dados foram obtidos na pesquisa chamada de Síntese dos Indicadores Sociais que se baseou na Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (Pnad) e a divulgação ficou a cargo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Terra

Políticas Públicas, Projetos

Comissão aprova obrigatoriedade de plano de evacuação em escolas

A Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia aprovou projeto de lei do deputado Felipe Bornier (Pros-RJ) que obriga todas as escolas do País a terem plano de evacuação para situações de risco, como incêndios, eminentes ou já presentes.

Agência Câmara

Projeto garante adicional de periculosidade a professor em presídio

O deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS) aponta a necessidade de atrair educadores para atender a população prisional. “A aprovação desse projeto é de fundamental importância para que os professores e funcionários tenham uma remuneração mais justa, e os presidiários tenham acesso à educação, que é a base para convivência social”, observa o parlamentar.

Agência Câmara

Universidades Estaduais Paulistas

Novos reitor e vice da Unesp são empossados

Governador Alckmin e vice Marcio França prestigiam cerimônia

Dia 16 de janeiro, às 14h30, ocorreu a transmissão das funções de reitor e vice-reitor da Unesp aos professores Sandro Roberto Valentini e Sergio Roberto Nobre, eleitos para o exercício do mandato no quadriênio 2017-2021. O evento foi Teatro Santander, em São Paulo, SP, e contou com um público de mais de 1 mil pessoas, com a presença do Governador Geraldo Alckmin e do vice, Marcio França, também secretário de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação além prefeitos das cidades em que a Unesp se localiza, lideranças regionais e servidores docentes, técnico-administrativos e discentes.

Unesp

Vide também:

Conheça a nova gestão da Unesp :Breve currículo de Pró-reitores, Secretário-geral e Chefe de Gabinete (Unesp)

USP reduz nota mínima exigida para estudante ingressar pelo Sisu

No ano passado, exigência acima de 650 pontos deixou vagas em aberto; pontuações mais altas são exigidas em 12 cursos, todos de Engenharia

A Pró-Reitoria de Graduação da USP (Universidade de São Paulo) divulgou as notas mínimas exigidas e a quantidade de vagas para os cursos que reservaram vagas pelo Sisu (Sistema de Seleção Unificado, que usa a nota do Enem).

Veja o texto na íntegra: **Folha de S. Paulo**

JC Notícias**USP diminui notas mínimas para ingresso via ENEM**

As notas mínimas necessárias para o ingresso na Universidade de São Paulo (USP) pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSU) 2017 foram divulgadas nesta quinta-feira, 15 de dezembro. A pontuação foi reduzida em relação à primeira edição

Brasil Escola

*Centro de Documentação e Biblioteca
Prof. José Mário Pires Azanha*